

\* Nomenclatura atualizada das Profissões em 21/09/2018

\* Referências atualizadas em 02/10/2018

## REFERÊNCIAS

### HUMANIZAÇÃO, SAÚDE COLETIVA; LEGISLAÇÃO, POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DO SUS PROVA PARA TODAS AS PROFISSÕES

1. BONITA, R. BEAGLEHOLE, R. KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia básica. [tradução e revisão científica Juraci A. Cesar]. - 2.ed. - São Paulo, Santos. 2010. Disponível em: [http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9788572888394\\_por.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9788572888394_por.pdf)
2. BRASIL, Ministério da Saúde. **Acolhimento na gestão e o trabalho em saúde** – Brasília, DF, 2016.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral a saúde da criança – orientações para implementação**, Brasília, DF, 2018
4. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. CONASS Debate – Saúde: para onde vai a nova classe média / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2013. 173 p. – (CONASS Debate, 1). Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/conass-debate-saude-para-onde-vai-a-nova-classe-media/>
5. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. CONASS Debate – A crise contemporânea dos modelos de atenção à saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2014. 171 p. – (CONASS Debate, 3). Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/conass-debate-a-crise-contemporanea-dos-modelos-de-atencao-a-saude/>
6. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. **Artigos 196 a 200**. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoofederal.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoofederal.pdf)
7. BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm)
8. BRASIL. **Lei 8080 de, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)
9. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm)
10. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A Experiência da diretriz de ambiência na Política Nacional de Humanização – PNH**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://redehumanizausus.net/lancamento-da-cartilha-humanizausus/>
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução CIT 23 de 17 de agosto de 2017. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2017/res0023\\_18\\_08\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2017/res0023_18_08_2017.html)
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39). Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_39.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_39.pdf)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de Setembro de 2017** – Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do SUS. **TÍTULO 1** – Dos direitos e deveres dos usuários. **TÍTULO II** – Da organização: Capítulo II e Capítulo III (Art. 22 e 23). **TÍTULO VII** – Dos sistemas de informação: Capítulo III - Seção I – Subseção I, II e V. Capítulo IV – Do cadastro Nacional de estabelecimentos de Saúde – Seção I – Das disposições gerais. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001\\_03\\_10\\_2017.htm](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.htm)
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de Setembro de 2017**. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017\\_comp.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017_comp.html)
15. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de Setembro de 2017**. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003\\_03\\_10\\_2017\\_comp.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017_comp.html)
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279\\_30\\_12\\_2010.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html)
17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 4. ed. 4. reimp. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizausus\\_documento\\_gestores\\_trabalhadores\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizausus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf)

18. BRASIL. Ministério da Saúde.. RESOLUÇÃO Nº 32, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017 – Estabelece as diretrizes para o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/05/Resolu----o-CIT-n---32.pdf>
19. BRASIL. Presidência da República. Lei complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm)
20. CAMPOS, GW de S. Saúde Pública e Saúde Coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciênc saúde coletiva, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7093.pdf>
21. CECCIM, RB [et al.]. **EnSiQlopedia das residências em saúde** – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. 366 p.(Série Vivências em Educação na Saúde). Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-vivencias-em-educacao-na-saude/ensiqlopedia-das-residencias-em-saude-pdf>
22. CUNHA GT. A construção da clínica ampliada na atenção básica. São Paulo: Editora Hucitec; 2005.
23. FEUERWERKER, LCM. **Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação**. - Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. 174 p. - **Capítulo 3 e Capítulo 4 (item 4.3)**. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/micropolitica-e-saude-pdf/view>
24. GUIMARÃES, CF. O Coletivo na Saúde. Porto Alegre : Rede Unida, 2016. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-saude-coletiva-e-cooperacao-internacional/o-coletivo-na-saude>
25. MENDES, EV. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. **Capítulo 2** – Conceito de Redes de Atenção à Saúde e Elementos constitutivos das Redes de Atenção à Saúde. **Capítulo 4**: Uma nova Clínica: as mudanças da Atenção à Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes\\_de\\_atencao\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_de_atencao_saude.pdf)
26. MENDES, EV. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família**. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. **Capítulo 5**. Disponível em: [http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/livro\\_cronicas.pdf](http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/livro_cronicas.pdf)
27. MERHY, E.E. Saúde, a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.
28. MOREIRA, A.D.M. et al. Políticas públicas de humanização: revisão integrativa da literatura Ciência & Saúde Coletiva, 20(10):3231-3242, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n10/1413-8123-csc-20-10-3231.pdf>
29. NASCIMENTO, N.B. **O erro e as violações no trabalho em Saúde**. In: SOUSA, O e MENDES, W. Segurança do paciente: conhecendo os riscos nas organizações de saúde. Fiocruz, 2014. Disponível on line.
30. UNA-SUS. **Conceitos e Ferramentas da epidemiologia**. Recife, 2015 Disponível em: [https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/.../3con\\_ferra\\_epidemio\\_2016-2.pdf?](https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/.../3con_ferra_epidemio_2016-2.pdf?)
31. UNA-SUS. **Redes de Atenção à Saúde – Redes de Atenção às Urgências e Emergências no âmbito do Sistema Único de Saúde. Capítulo 2**, itens 2.1, 2.2 e 2.3 e **Capítulo 3**. São Luiz, 2018.

## PROFISSÃO: ANÁLISES CLÍNICAS - BIOMEDICINA, BIOLOGIA E FARMÁCIA

1. ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. Imunologia básica: funções e distúrbios do sistema imunológico. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2014. xii, 320 p. ISBN 978-85-352-7110-2.
2. ALBERTS, Bruce et al. Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p. ISBN 978-85-363-2443-2.
3. Ernest Gould, John Pettersson, Stephen Higgs, Remi Charrel, Xavier de Lamballerie. Emerging arboviruses: Why today? One Health, 2017. Volume 4, pages 1-13 (doi: 10.1016/j.onehlt.2017.06.001).
4. FAILACE, Renato Rego. Hemograma: manual de interpretação. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
5. Gestão da qualidade : teoria e prática - 3. ed. / 2012 - Livro PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da qualidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 302 p. ISBN 978-85-224-7115-7
6. H. Estridge, Barbara. Técnicas Básicas de Laboratório Clínico - 5ª Ed. 2011 Artmed
7. HIRATA, M. H.; HIRATA, R. D. C.; MANCINI FILHO, J. Manual de biossegurança. 3ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2017.
8. HOFFBRAND, A. V. Fundamentos em hematologia. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 454 p. ISBN 978-85-65852-29-6.
9. LEVINSON, Warren. Microbiologia médica e imunologia. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.
10. MALETTA, Carlos Henrique Mudado. Epidemiologia e saúde pública. 3.ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2014. 322 p. ISBN 978-85-7825-060-7.
11. MARKLE, William H.; FISCHER, Melaine A.; SMEGO JR., Raymond A. Compreendendo a saúde global. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. 586 p. ISBN 978-85-8055-466-3.
12. MCPHERSON, Richard A.; PINCUS, Mattew R. (Ed.). Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21.ed. Barueri: Manole, 2012. xxiii, 1638 ISBN 978-85-204-3095-8.

13. Oplustil CP, Zoccoli CM, Tobouti NR, Sinto SI. Procedimentos básicos em microbiologia clínica. Editora Sarvier: São Paulo; 2010.
14. PIMENTEL, Márcia Mattos Gonçalves; GALLO, Cláudia Vitória de Moura; SANTOS-REBOUÇAS, Cíntia Barros. Genética essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2013. xii, 296 p. (Série Essencial / Organização, Carlos Alberto Mourão Júnior, Dimitri Marques Abramov). ISBN 978-85-277-2189-9.
15. RDC 302/2005 <http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-302-de-13-de-outubro-de-2005>.
16. ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena (Ed.). Saúde pública: bases conceituais. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2013. xvii, 414 p. ISBN 978-85-388-0318-8.
17. SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. Saúde coletiva para iniciantes: políticas e práticas profissionais. 2.ed. São Paulo: Érica, 2014. 136 p. (Eixos (Érica)). ISBN 978-85-365-0655-5.
18. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. xxi, 935 p. ISBN 978-85-8271-353-2.
19. ZAHA, Arnaldo; FERREIRA, Henrique Bunselmeyer; PASSAGLIA, Luciane M. P. (Org.). Biologia molecular básica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. xii, 403 p. ISBN 978-85-8271-057-9.

**PROFISSÃO: ARQUITETURA, BIOLOGIA, BIOMEDICINA, ENFERMAGEM, ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA QUÍMICA, FARMÁCIA, MEDICINA VETERINÁRIA, NUTRIÇÃO E SOCIOLOGIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

1. Brasil Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. Resolução 588, de 12 de julho de 2018: Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>
2. Brasil Ministério da Saúde Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Fiocruz DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE. Verbetes VIGILÂNCIA EM SAÚDE ITINERÁRIOS FORMATIVOS TECNOLOGIAS EM SAÚDE e TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/vigsau.html> <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/itifer.html> <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tecsau.html> <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html>
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011: Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/maio/25/Portaria-MS-no-2.914-12-12-2011.pdf>
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279\\_30\\_12\\_2010.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html)
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_vigilancia\\_saude\\_1ed\\_atual.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_1ed_atual.pdf)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia e Serviços. – 1. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_vigilancia\\_saude\\_1ed\\_atual.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_1ed_atual.pdf)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - 7 ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 816p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <http://www.epi.uff.br/wp-content/uploads/2013/10/Guia-de-Vigil%C3%A2ncia-Epidemiol%C3%B3gica-%E2%80%93-7%C2%AAedi%C3%A7%C3%A3o-2010.pdf>
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_vigilancia\\_prevencao\\_controle\\_zoonoses.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf)
9. BRASIL. Presidência da República. Lei N° 6437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6437.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6437.htm)

10. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, sobre o programa nacional de imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6259.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6259.htm)
11. LESSA, Inês. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: um desafio para a complexa tarefa da vigilância. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 4, p.931-943, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a14v9n4.pdf>
12. MALTA, Deborah Carvalho et al. Relatório: A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde: *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v.15, n. 3, jul/set de 2006. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742006000300006](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742006000300006)
13. MINAYO, Maria Cecília e TÔRRES, José Júlio Martins. Visão complexa para uma forma complexa de agir. *Revista Vigilância Sanitária em debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia* Vol. 1, N. 1, p. 12-20. 2013 Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/14/9>
14. RAMIRES, Irene; BUZALAF, Marília Afonso Rabelo. A fluoretação da água de abastecimento público e seus benefícios no controle da cárie dentária: cinquenta anos no Brasil. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 1057-1065. Aug. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000400027>.
15. SCHRAMM, Joyce Mendes de Andrade et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 897-908, Dec. 2004. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232004000400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000400011&lng=en&nrm=iso)>. access on 11 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232004000400011>.
16. SILVA, Maria das Graças; Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.123, p.428-446, jul/set 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0428.pdf>
17. TAMBELLINI, A.T. e Câmara, V. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*; v. 3, n.2, p.47- 59. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7150.pdf>.
18. TEIXEIRA, Carmen Fontes; PAIM, Jairnilson Silva; VILASBÔAS, Ana Luiza. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. *Inf. epidemiol. SUS*, v.7, n.2, p.7-28, abr.-jun. 1998. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/iesus\\_vol7\\_2\\_sus.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/iesus_vol7_2_sus.pdf)
19. WALDMAN, Eliseu Alves; DA COSTA ROSA, Tereza Etsuko. *Vigilância em saúde pública*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, 1998. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/files/Volume07.pdf>

**PROFISSÃO: BIOMEDICINA**  
**EXCETO PARA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISES CLÍNICAS E VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Nota informativa – Assunto: Procedimentos a serem adotados para a vigilância da Febre do vírus Zika no Brasil. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/07/Nota-Informativa-zika.pdf>>.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Protocolo de Vigilância e Resposta à Ocorrência de Microcefalia e/ou alterações do Sistema Nervoso Central (SNC) relacionada à infecção pelo Vírus Zika. Brasília (DF): 2016. 60 p. Disponível em: <<http://combateaedes.saude.gov.br/images/sala-de-situacao/Microcefalia-Protocolo-de-vigilancia-e-resposta-10mar2016-18h.pdf>>.
3. BRASIL. Ministério de Saúde. Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika. Brasília. 2015. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/dezembro/09/Microcefalia---Protocolo-de-vigil-ncia-e-resposta--vers--o-1----09dez2015-8h.pdf>>.
4. BRUNONI, D. et al. Microcefalia e outras manifestações relacionadas ao vírus Zika: impacto nas crianças, nas famílias e nas equipes de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n.10, p.3297-3302, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3297.pdf>>.
5. COELHO, Marinete S. Avaliação neurológica infantil nas ações primárias de saúde. Rio de Janeiro, RJ: Atheneu, 1999. 228 p.
6. FAILACE, Renato Rego. Hemograma: manual de interpretação. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
7. FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL – FMCSV (Org). Família e desenvolvimento na primeira infância: processos de autorregulação, resiliência e socialização de crianças pequenas. In: Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco. 1. ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV, 2016.
8. HENRY, J. B. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais 20ª Ed. São Paulo: Manole, 2008.
9. Hoffbrand, A. V. Fundamentos em hematologia. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 454 p. ISBN 978-85-65852-29-6.
10. KOTSAKIOZI P, GLORIA-SORIA A, CACCONI A, et al. Tracking the return of Aedes aegypti to Brazil, the major vector of the dengue, chikungunya and Zika viruses. Vasilakis N, ed. PLoS Neglected Tropical Diseases.



- 2017;11(7):e0005653. doi:10.1371/journal.pntd.0005653. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5526527/>
11. LEVINSON, Warren. Microbiologia médica e imunologia. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.
  12. MALTA, Juliane Maria A.S; Vargas, Alexander; LEITE, Priscila Leal e et al. Guillain-Barré syndrome and other neurological manifestations possibly related to Zika virus infection in municipalities from Bahia, Brazil, 2015. *Epidemiol. Serv. Saude*, 2017; 26:1, p.
  13. MCPHERSON, Richard A.; PINCUS, Matthew R. (Ed.). Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21.ed. Barueri: Manole, 2012. xxiii, 1638 ISBN 978-85-204-3095-8.
  14. Ministério da Saúde. Caderno de atenção básica: Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Nº19; 2006. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evelhecimento\\_saude\\_pessoa\\_idosa.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf).
  15. NEVES, D. P. Parasitologia Humana. 11 ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
  16. NUNES, Sandra A. N.; FERNANDES, Marcos G.; VIEIRA, Mauro L. Interações sociais precoces: uma análise das mudanças nas funções parentais. *Rev. Bras. Crescimento Desenvol. Hum*, São Paulo, v. 17, n. 3, dez, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19858>>.
  17. Oplustil CP, Zoccoli CM, Tobouti NR, Sinto SI. Procedimentos básicos em microbiologia clínica. Editora Sarvier: São Paulo; 2010.
  18. ROUQUAYROL, Maria Zélia, SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (Org). Rouquayrol: epidemiologia e saúde. 7. Ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. 709p.
  19. SANTOS, Norma Suely de Oliveira; ROMANOS, Maria Teresa Villela; WIGG, Márcia Dutra. *Virologia Humana*. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2015. 606 p. ISBN 978-85-277-2726-6.
  20. VERONESI, Ricardo, FOCACCIA, Roberto. Tratado de infectologia. 3. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2005. 2 V.
  21. WEAVER, SC. et al. Zika virus: history, emergence, biology, and prospects for control. *Antiviral Res.* v. 130, p. 69-80, 2016. Disponível em: <[http://ac.els-cdn.com/S0166354216301206/1-s2.0-S0166354216301206-main.pdf?\\_tid=0152b9f6-f203-11e6-bf76-00000aab0f6b&acdnat=1487000720\\_55ad09c3514e936cacaeb3aa75c6fe31](http://ac.els-cdn.com/S0166354216301206/1-s2.0-S0166354216301206-main.pdf?_tid=0152b9f6-f203-11e6-bf76-00000aab0f6b&acdnat=1487000720_55ad09c3514e936cacaeb3aa75c6fe31)>.

## PROFISSÃO: EDUCAÇÃO FÍSICA

1. ALVES, G. S. L.; ARAUJO, R. B. A utilização dos jogos cooperativos no tratamento de dependentes de crack internados em uma unidade de desintoxicação. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 18, p. 77-80, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v18n2/02.pdf>
2. BAGRICHEVSKY, Marcos; ESTEVAO, Adriana; PALMA, Alexandre (org.). *A Saúde em Debate na Educação Física*. Volume 3. Ilheus: Editus Editora da UESC, Volume 3, 2007.
3. BAGRICHEVSKY, Marcos; PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana (org.). *A Saúde em Debate na Educação Física*. Blumenau, SC: Edibes, 2003.
4. BAGRICHEVSKY, Marcos; PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana; DA ROS, Marco (org). *A Saúde em Debate na Educação Física*. V. 2. Blumenau – Santa Catarina: Nova Letra, 2006.
5. BALBINOT, A. D.; ALVES, G. S. L.; JÚNIOR, A.F.A.; ARAUJO, R.B. Perfil antropométrico de dependentes de crack ao internar em hospital para desintoxicação. *Revista HCPA*, v. n. 31, p. 311-317, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/16872/13910>
6. BALBINOT, A. D.; ARAUJO, R.B.; ALVES, G. S. L. Níveis de atividade física e uso de substâncias psicoativas em adolescentes escolares da região metropolitana de Porto Alegre. *Revista HCPA*, v. 33, p. 205-211, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/39628/27706>
7. BILIBIO, L. F.; DAMICO, J. G. S. Carta à um jovem professor. *Cadernos de Formação RBCE*, v. 2, p. 92/8-103, 2011. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/cadernos/article/view/1258/655#>
8. BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.* Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_psicossocial\\_crianças\\_adolescentes\\_sus.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf)
9. BRASIL. Ministério da saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/05/Resolu----o-CIT-n---32.pdf>
10. BRASIL. Ministério da saúde. Portaria Nº 3.588, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. DISPONÍVEL EM: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html)
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) ISBN 978-85-334-2019-9.* Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf)
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. *Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios : orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério*

- da Saúde, 2015. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros\\_atencao\\_psicossocial\\_unidades\\_acolhimento.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>
15. BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/leis_2001/110216.htm)
16. CARVALHO, Yara Maria de. Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? Rev. Bras. Cienc. Esporte, v. 22, n. 2, p. 9-21, jan. 2001.
17. FERREIRA, Luiz Alberto dos Santos; DAMICO, José Geraldo Soares; FRAGA, Alex Branco. Entre a composição e a tarefa: estudo de caso sobre a inserção da educação física em um serviço de saúde mental. Rev. Bras. Cienc. Esporte, v. 39, n. 2, p. 176-182, jun. 2017.
18. FRAGA, Alex Branco (org). Educação Física e Saúde Coletiva: Políticas de Formação e Perspectivas de Intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/cadernos/article/view/1258/655#>
19. MENDES, Valéria Monteiro; CARVALHO, Yara Maria. Sem começo e sem fim... com as práticas corporais e a Clínica Ampliada. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 54, 2015.
20. ROEDER, M.A. Atividade física, saúde mental e qualidade de vida. Rio de Janeiro: SHAPE, 2003.
21. SANT'ANNA, Denise Bertuzzi (org.). Políticas do Corpo: Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

## PROFISSÃO: ENFERMAGEM EXCETO PARA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: VIGILÂNCIA EM SAÚDE

1. Afonso, C; Afonso, G.; Azevedo, M; Miranda, M., Alves, P. **Prevenção e Tratamento de Feridas** – da evidência a prática. 1ª. Edição, 2014. **Capítulos 5 e 10.**
2. BRASIL, Conselho Federal de Enfermagem. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986: Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências.
3. BRASIL, Ministério da Saúde – **Protocolo de Atenção Básica – Saúde das Crianças**. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Brasília, DF, 2016.
4. BRASIL, Ministério da Saúde. **A Enfermagem na cena do parto**. Caderno Humaniza SUS — Humanização do Parto ao nascimento. Volume 4, Bloco 2 Brasília, DF, 2014.
5. BRASIL, Ministério da Saúde. **ABC do câncer – Abordagens básicas para o controle do câncer**. Unidades 1 e 3 e 4. INCA. Brasília, DF.
6. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica No. 28. Acolhimento da demanda espontânea – Queixas mais comuns na Atenção Básica – Volume II Brasília, DF, 2012 Repetido
7. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica No. 31. Práticas integrativas e complementares. Brasília, DF, 2012
8. BRASIL, Ministério da Saúde. **DENGUE**. Manual enfermagem. Série A. Normas e Manuais Técnicos. 2ª Ed. Brasília – DF; 2013.
9. BRASIL, Ministério da Saúde. **Diabete Mellitus**. Caderno de Atenção Básica nº 36. Brasília, 2012.
10. BRASIL, Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso 8º ed, Brasília, 2010, 448p: (Série B, Textos Básicos de Saúde).
11. BRASIL, Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Caderno de Atenção Básica nº 35 Brasília, 2014.
12. BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Volume único. Brasília – DF. 2016.
13. BRASIL, Ministério da Saúde. **Hipertensão Arterial Sistêmica**. Caderno de Atenção Básica no. 37. Brasília, DF. 2013.
14. BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Normas e procedimentos para vacinação**. Brasília, DF, 2014.
15. BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual do Pé diabético – estratégia de cuidado para pessoa com doença crônica**. Brasília, DF, 2016
16. BRASIL, Ministério da Saúde. **O modelo obstétrico e Neonatal que defendemos e qual trabalhamos**. Caderno Humaniza SUS – Humanização do Parto ao nascimento. Volume 4, Bloco 1 – Brasília, DF, 2014.

17. BRASIL, Ministério da Saúde. **Protocolo de Atenção Básica: Saúde das Mulheres** - Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Brasília – DF - 2016
18. BRASIL, Ministério da Saúde. **Realização do Teste Rápido para HIV e Sífilis na Atenção Básica e Aconselhamento em DST/AIDS**. Brasília, 2012.
19. BRASIL, Ministério da Saúde. SAÚDE DA CRIANÇA: crescimento e desenvolvimento. Caderno de Atenção Básica número 33. Brasília – DF, 2012.
20. BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Mental**. Caderno de Atenção Básica no. 34: Brasília, DF. 2012.
21. BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva, Brasília, 2010, 300p: il- (Série A Normas e Manuais Técnicos). Caderno de Atenção Básica, nº 26.
22. BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução no 358, de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 15 out, 2009. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009\\_4384.html](http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html).
23. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Experiência da diretriz de ambiência na Política Nacional de Humanização – PNH. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://redehumanizaus.net/lancamento-da-cartilha-humanizaus/>
24. BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica**. – Vol 2. Brasília, DF, 2013.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Domiciliar** – Volume 2, Brasília, DF, 2013.
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Deficiência, Viver sem limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
28. BRASIL. Ministério da Saúde. **Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil**. Brasília, DF, 2011.
29. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista**. Caderno de Atenção Básica no. 40. Brasília, DF, 2015.
30. BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis do HIV/AIDS e das Hepatites Virais**. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções-Brasília DF, 2017.
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Procedimentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Primária n. 30).
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Repetido
33. BRASIL. Ministério da Saúde. **Rastreamento**. Cadernos de Atenção Primária n. 29. Brasília, DF, 2010.).
34. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. – Brasília, DF, 2015.
35. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33). Repetido
36. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
37. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do Sul. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2009, 56 p. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_classificacao\\_risco\\_servico\\_urgencia.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificacao_risco_servico_urgencia.pdf)
38. CLARES, Jorge Wilker Bezerra. Subconjunto de diagnósticos de enfermagem para idosos na Atenção Primária à Saúde. Rev Esc Enferm USP v.50, n.2, p.272-278, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n2/pt\\_0080-6234-reeusp-50-02-0272.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n2/pt_0080-6234-reeusp-50-02-0272.pdf)
39. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986: Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br/2007/materias.asp?ArticleID=22&amp;sectionID=35>
40. Fernandes Dutra Pereira, C., de Souza Rêgo Pinto, D., Vieira Tourinho, F., & Pereira Santos, V. (2013). TECNOLOGIAS EM ENFERMAGEM E O IMPACTO NA PRÁTICA ASSISTENCIAL. *Revista Brasileira De Inovação Tecnológica Em Saúde* <Br /&gt; ISSN: 2236-1103, 2(4). <https://doi.org/10.18816/r-bits.v2i4.3331>
41. GUIDELINES. Atualização das Diretrizes de 2015 da *American Heart Association (AHA)* para RCP e ACE. 2015. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>

42. MARQUIS, Bessie I., HUSTON, Carol J., trad. Regina Garcez. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 671 p.
43. OLIVEIRA, RG. Blackbook- Enfermagem. Belo Horizonte; Blackbook; 2016.
44. OPAS/OMS – **Ampliação do papel dos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde**. 2018. Disponível em: [biblioteca.cofen.gov.br](http://biblioteca.cofen.gov.br)
45. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Gestão de alto risco: manual técnico. 5.ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2010. 302 p. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao\\_alto\\_risco.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao_alto_risco.pdf)
46. SILVA, R. C.; FERREIRA, M. A. Tecnologia no cuidado de Enfermagem: uma análise a partir do marco conceitual da Enfermagem Fundamental. Rev Bras Enferm, v. 67, n. 1, p. 11-118, jan/fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n1/0034-7167-reben-67-01-0111.pdf>.
47. SOUZA, Emiliane Nogueira (org). **Manual de procedimentos básicos de enfermagem**. POA, 2016
48. UNA-SUS. Linhas de cuidado em enfermagem. **Urgência e Emergência** – Classificação de Risco e Acolhimento. 2013. **Unidades 2 e 4**. Disponível em: [https://unarus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/11070/mod\\_resource/content/3/Modulo5\\_UrgenciaEmergencia.pdf](https://unarus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/11070/mod_resource/content/3/Modulo5_UrgenciaEmergencia.pdf)

**PROFISSÃO: FARMÁCIA**  
**EXCETO PARA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISES CLÍNICAS E VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

1. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução CFF nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>
2. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.
3. BRASIL. Decreto n. 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 jun. 2006. Seção 1.
4. **BRASIL. LEI Nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe** sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916\\_30\\_10\\_1998.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre a consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html).
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de consolidação nº 06, de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0006\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0006_03_10_2017.html).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1555, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre o Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 jul 2013.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2001, de 03 de agosto de 2017. Altera a Portaria nº 1.555/GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html).
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Uso Racional de Medicamentos - Temas Selecionados. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Cuidado farmacêutico na atenção básica. Caderno 1: Serviços Farmacêuticos na Atenção Básica. 1. ed ver. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014.



15. BRASIL. PORTARIA Nº 344, de 12 de maio de 1998, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, e suas atualizações.
16. BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 11, de 22 de março de 2011, que dispõe sobre o controle da substância Talidomida e do medicamento que a contenha.
17. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Departamento de Medicamentos Essenciais e Outros Medicamentos. A importância da Farmacovigilância: monitorização da segurança dos medicamentos. Organização Mundial da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/importancia.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.
18. OSORIO-DE-CASTRO CGS, LUIZA VL, CASTILHO SR, OLIVEIRA MAO, JARAMILLO NJ, organizadoras. Assistência Farmacêutica: Gestão e Prática para Profissionais da Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014. 469 p.

## PROFISSÃO: FÍSICA OU FÍSICA MÉDICA

**Para a prova de Física ou Física Médica serão consideradas somente as seguintes referências:**

1. AMERICAN ASSOCIATION OF PHYSICISTS IN MEDICINE (AAPM). Disponível em: [http://aapm.org/medical\\_physicist/fields.asp#therapeutic](http://aapm.org/medical_physicist/fields.asp#therapeutic).
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FÍSICA MÉDICA (ABFM). Disponível em: [http://www.abfm.org.br/index.php?site=sobre\\_fisica\\_medica.php&m=1](http://www.abfm.org.br/index.php?site=sobre_fisica_medica.php&m=1).
3. BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Diretrizes básicas de proteção radiológica. [Rio de Janeiro], 2014. CNEN NN 3.01. Resolução nº 164/14. Disponível em: . Acesso em: 01 jun. 2017.
4. BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Requisitos de segurança e proteção radiológica para serviços de radioterapia. [Rio de Janeiro], 2014. CNEN NN 6.10. Resolução CNEN 176/14. Disponível em: . Acesso em: 01 jun. 2017.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. - RDC 63, de 25 de novembro de 2011 Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde
6. BRASIL. Ministério da Saúde. - RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 20, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2006 Estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento de serviços de radioterapia, visando a defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral.
7. INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). Disponível em: <http://www-naweb.iaea.org/NAHU/index.html>. Acesso em: 23 fev. 2016.
8. JALVAJOLI, João Victor et al. Radioterapia em oncologia. Ed. Atheneu. 2013.
9. OKUNO, Emico; YOSHIMURA, Elizabeth. Física das radiações. São Paulo: Oficina de Textos, c2010.
10. PODGORSK, E. B. (Ed.). Radiation oncology physics: a handbook for teachers and students. Vienna: IAEA, 2015. Disponível em: Acesso em: 01 jun. 2017.
11. XAVIER, Ana Maria et al. Princípios de segurança e proteção radiológica, 4. ed. [Porto Alegre]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [Rio de Janeiro]: Comissão Nacional de Energia Nuclear, 2014. Disponível em: . Acesso em: 01 jun. 2017.

## PROFISSÃO: FISIOTERAPIA

### SÁUDE PÚBLICA:

1. AVEIRO, Mariana Chaves et al. Perspectivas da participação do fisioterapeuta no Programa Saúde da Família na atenção à saúde do idoso. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.16, supl. 1, p.1467-78, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16s1/a82v16s1.pdf>.
2. BISPO JÚNIOR, J. P. Fisioterapia e Saúde Coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.15, supl.1, p. 1627-36, Jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/074.pdf>.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Deficiência, Viver sem limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/cad\\_vol1.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/cad_vol1.pdf)
5. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Pessoa com Lesão Medular / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e Departamento de Atenção Especializada. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 69 p.

6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 72 p. – (Série E. Legislação de Saúde) disponível em [www.saude.gov.br/editora](http://www.saude.gov.br/editora)
7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de procedimentos técnicos: baciloscopia em hanseníase / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 54 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria\\_n\\_3125\\_hanseníase\\_2010.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_n_3125_hanseníase_2010.pdf)
8. LOURES, L.F; SILVA, M.C.S. A interface entre o trabalho do Agente Comunitário e do Fisioterapeuta na Atenção Básica à Saúde. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.15, n.4, maio de 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000400029](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000400029).
9. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Promovendo qualidade de vida após acidente vascular cerebral, um guia para fisioterapeutas e profissionais de atenção primária à saúde. Porto Alegre: Artmed, 2003, 160p.
10. SOUZA M.C., BOMFIM AS, SOUZA J.N., FRANCO TB. Fisioterapia e Núcleo de Apoio à Saúde da Família: conhecimento, ferramentas e desafios. Mundo Saúde. 2013;37(2):176-84 Disponível em : [http://www.fufs.edu.br/admin/anexos/23-07-2013\\_08\\_59\\_52\\_.pdf](http://www.fufs.edu.br/admin/anexos/23-07-2013_08_59_52_.pdf)
11. VASCONCELOS, CR de ... [et al.] ; apoio ABENFISIO. Caderno de atenção integral à saúde da criança no âmbito da fisioterapia.- 1.ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. 99 pp. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/caderno-de-atencao-integral-a-saude-da-crianca-no-ambito-da-fisioterapia-pdf>
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com traumatismo cranioencefálico / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 132 p. : il. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_pessoa\\_traumatismo\\_cranioencefalico.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_traumatismo_cranioencefalico.pdf)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular cerebral / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_acidente\\_vascular\\_cerebral.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_acidente_vascular_cerebral.pdf)
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de estimulação precoce : crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 184 p. : il. Disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/novembro/18/Diretrizes%20de%20estimulao.pdf>

#### **CLÍNICA:**

1. AACVPR, American Association of Cardiovascular and Pulmonary Rehabilitation. Diretrizes para programas de reabilitação pulmonar. 3 ed. São Paulo: Editora Roca, 2007.
2. AMIB, Associação de medicina Intensiva Brasileira; SBPT. Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica. Versão eletrônica Oficial, 2013.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. RDC n 7, Regulamentação para funcionamento de Unidade de Terapia Intensiva. Versão eletrônica, 2010.
4. LIANZA Sérgio. Medicina de Reabilitação. Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação. Ed. Guanabara Koogan. 3a. Edição. Rio de Janeiro. 2005.
5. MENDONÇA Luciana. Fisioterapia Esportiva e traumato-ortopedica. Ed. Artmed. 1a. Edição. São Paulo. 2015.
6. ATRA Edgard. Reumatologia Prática. Ed. Manoel. 2a. Edição. Rio de Janeiro. 1995.
7. UMPHRED Darcy A.. Fisioterapia Neurológica. Ed. Manoel. 2a. Edição. São Paulo. 1994.
8. UMPHRED Darcy A.. Reabilitação neurológica. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro. 2009.
9. SARMENTO George J. V.. Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas. Ed Malone. 3 ed. Ver. E ampl. – Barueri. São Paulo. 2010.
10. GOOBBI Fátima Cristina Martorano. Fisioterapia hospitalar: avaliação e planejamento do tratamento fisioterapêutico. Ed. Atheneu. São Paulo. 2009.
11. ULTRA Rogério Brito. Fisioterapia intensiva. 2. Ed.. Rio de Janeiro. Cultura Médica: Guanabara Koogan, 2009.
12. PRADO C., VALE L. A.. Fisioterapia neonatal e pediátrica. Ed Malone. São Paulo. 2012.

## PROFISSÃO: FONOAUDIOLOGIA

1. ANDRADE, C.R.F. de (org.). Disfagia: prática baseada em evidências. São Paulo: Servier, 2012.
2. ARAUJO, L.M.B; FREIRE, R.M.A.C. Atendimento fonoaudiológico em grupo. Rev. CEFAC, v. 13, n.2, São Paulo, Mar/Apr 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v13n2/a19v13n2.pdf>
3. BRASIL. Manual de rotinas para atenção com o AVC. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_rotinas\\_para\\_atencao\\_avc.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_rotinas_para_atencao_avc.pdf)
4. ~~BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Editora do Ministério da Saúde: COMUSA: COMITÊ MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE AUDITIVA. Disponível em: <http://www.audiologiabrasil.org.br/portal/pdf/comusa.pdf>~~
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar – 2.ed. Brasília, DF, 2015. [www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)
6. COMUSA: COMITÊ MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE AUDITIVA. Disponível em: <http://www.audiologiabrasil.org.br/portal/pdf/comusa.pdf>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de estimulação precoce : crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 184 p.: il. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/novembro/18/Diretrizes%20de%20estimulao.pdf>
8. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica, n. 39 - DIRETRIZES DO NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_saude\\_familia\\_cab39.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf).
9. CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Contribuição da fonoaudiologia para o avanço do SUS. Organização Sistema de Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/Cartilha-sus.pdf>
10. FERNANDES, E.L.; CINTRA, L.G. A Inserção da Fonoaudiologia na Estratégia da Saúde da Família: Relato de Experiência. Rev. APS, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 380-385, jul/set 2010. Disponível em: <http://www.aps.uff.br/index>
11. FERREIRA, Lésile Picolotto. O Fonoaudiólogo e a Escola. Ed Plexus, 3ª ed., 136p, 2001.
12. FILHO, O. L. Novo Tratado de Fonoaudiologia. 3ªEd. São Paulo, Ed. Manole, 2012
13. JOTZ, G.; CARRARA-DE-ANGELIS, E.; BARROS, A. P. B. Tratado de deglutição e disfagia. No adulto e na criança. RJ: Revinter, 2009.
14. MOLINI-AVEJONAS, D.R.; MENDES, V.L.F.; AMATO, C.A.H. Fonoaudiologia e Núcleos de Apoio à Saúde da Família: conceitos e referências. Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol. São Paulo, v.15, n.3, p.465-74, 2010. Disponível em: [http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/9098/art\\_MOLINI-AVEJONAS\\_Fonoaudiologia\\_e\\_Nucleos\\_de\\_Apoio\\_a\\_Saude\\_2010.pdf?sequence=1](http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/9098/art_MOLINI-AVEJONAS_Fonoaudiologia_e_Nucleos_de_Apoio_a_Saude_2010.pdf?sequence=1)
15. ORTIZ, K.Z. Distúrbios neurológicos adquiridos: linguagem e cognição. Ed. Manole, 2009.
16. ORTIZ, KZ. Distúrbios neurológicos adquiridos: fala e deglutição. Ed. Manole, 2006
17. PADOVANI, A.R et al. Protocolo Fonoaudiológico de Avaliação do Risco para Disfagia (PARD). Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2007;12(3):199-205.
18. PADOVANI, A.R. Protocolo fonoaudiológico de introdução e transição da alimentação via oral para usuários com risco de disfagia (PITA). São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5162/tde-19042010-110604/pt-br.php>
19. SILVA, Andréa Tenório Correia da et al. Núcleos de Apoio à Saúde da Família: desafios e potencialidades na visão dos profissionais da Atenção Primária do Município de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.28, n.11, p.2076-2084, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v28n11/07.pdf>

## PROFISSÃO: NUTRIÇÃO

### EXCETO PARA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: VIGILÂNCIA EM SAÚDE

#### SAÚDE PÚBLICA

1. BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf)
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de AB, n.35) Disponível em:

- [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_35.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_35.pdf)
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n.36) Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_36.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf)
  5. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n.37) Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_37.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf)
  6. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n.38). Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_38.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_38.pdf)
  7. BRASIL. Ministério da Saúde. NutriSUS – Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó: caderno de orientações. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/caderno\\_orientacoes\\_nutrisus](http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/caderno_orientacoes_nutrisus)
  8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>
  9. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n33) Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/caderno\\_33.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf)
  10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica / Ministério da Saúde, 13. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica- Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/marco\\_referencia\\_vigilancia\\_alimentar](http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/marco_referencia_vigilancia_alimentar)
  11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab23>
  12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos regionais brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Capítulo 3. p.437-452. Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/livro\\_alimentos\\_regionais\\_brasileiros](http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/livro_alimentos_regionais_brasileiros)
  13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 33 p. : il. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/marcadores\\_consumo\\_alimentar\\_atencao\\_basica.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/marcadores_consumo_alimentar_atencao_basica.pdf)
  14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília, 2011. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/errata\\_normatecnica\\_sisvan.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/errata_normatecnica_sisvan.pdf)
  15. BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica. / Ministério da Saúde, Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo\\_metodologia\\_trabalho\\_nutricao\\_ab.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_metodologia_trabalho_nutricao_ab.pdf)
  - RECINE, Elisabetta; MORTOZA, Andrea. Consenso sobre habilidades e competências do nutricionista no âmbito da saúde coletiva. Brasília: Observatório de Políticas de Segurança, 2013. Disponível em: <http://fs.unb.br/opsan/index.php/component/jdownloads/finish/4-opsan/20-consenso-sobre-habilidades-e-competencias-do-nutricionista-no-ambito-da-saude-coletiva?Itemid=125>
  16. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 599 de 25 de fevereiro de 2018 (Código de Ética profissional). BRASILIA/DF: CFN, 2018.

## CLÍNICA

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Manual de terapia nutricional na atenção especializada hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
2. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 599 de 25 de fevereiro de 2018 (Código de Ética profissional). BRASILIA/DF: CFN, 2018.
3. Consenso nacional de nutrição oncológica / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Gestão Assistencial, Hospital do Câncer I, Serviço de Nutrição e Dietética; organização Nivaldo Barroso de Pinho. – 2. ed. rev. ampl. atual. – Rio de Janeiro: INCA, 2015. 182p.



4. Cuppari, Lilian. Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar - Nutrição - Nutrição Clínica No Adulto - 3ª Ed. 2014. Editora MANOLE.
5. Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional. BRASPEN Journal. Volume 33 – 1o Suplemento Diretrizes/2018.
6. Projeto Diretrizes: Terapia Nutricional no Paciente Grave, Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral. Associação Brasileira de Nutrologia. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/47462982/novas-diretrizes-braspen---diten-2018pdf>
7. VITOLLO, Márcia Regina. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio, 2014

## PROFISSÃO: ODONTOLOGIA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica nº 28 - Acolhimento a demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica. Capítulos 1 (páginas 15 a 23) e 2.21 Urgências Odontológicas (páginas 190 a 207); Brasília; 2013; Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_demanda\\_espontanea\\_queixas\\_comuns.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_queixas_comuns.pdf)
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília, DF, 2004. 16 p. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_brasil\\_sorridente.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf)
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p.: il.– (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_fluoretos.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_fluoretos.pdf)
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal. Caderno de Atenção Básica nº 17. Brasília, DF, 2006. 92 p. il. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad17.pdf>
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de especialidades em saúde bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 128 p. il. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_especialidades\\_saude\\_bucal.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_especialidades_saude_bucal.pdf)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Projeto SB 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/geral/projeto\\_sb2010\\_relatorio\\_final.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/geral/projeto_sb2010_relatorio_final.pdf)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer - INCA. Falando sobre Câncer de Boca. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/falandosobrecancerdeboca.pdf>
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Manual A B C D E das Hepatites Virais para Cirurgiões Dentistas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12832832/abcde-das-hepatites-virais-para-cirurgioes-dentistas/3>
9. MALTZ, M. et al. Cariologia: conceitos básicos, diagnósticos e tratamento não restaurador. São Paulo: Artes Médicas, 2016. (Série Abeno: Odontologia Essencial - Parte Básica).
10. PEREIRA, A.C.; Saúde coletiva: métodos preventivos para doenças bucais. São Paulo. Artes Médicas, 2013. 128p. (Série Abeno: Odontologia Essencial- Temas Interdisciplinares).
11. PEREIRA, Maurício Gomes. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.
12. PURICELLI, E. Técnica anestésica, exodontia e cirurgia dentoalveolar. São Paulo: Artes Médicas, 2014. 160p. (Série Abeno: Odontologia Essencial - Parte Clínica).
13. WANNMACHER, L.; FERREIRA, B.C. Farmacologia Clínica para Dentistas. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

## PROFISSÃO: PSICOLOGIA

1. ALTOÉ, S.; RODRIGUES, H. B. C. (Org.). Saúde Loucura 8: Análise Institucional. São Paulo: Hucitec, 2004.
2. BARROS, R. B. A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? Psicologia & Sociedade. v.17, n.2, p. 21-25. Maio-Ago 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27040.pdf>
3. BARROS, R. B.; PASSOS, E. A construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinariedade. Revista Psicologia: teoria e pesquisa, v. 16, n.1, jan/abr 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf>
4. BEZERRA JR., B. Considerações sobre terapêuticas ambulatoriais em saúde mental. In: TUNDIS, S.A.; COSTA, N.R. (Orgs.). Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.133-69. (Coleção Saúde e Realidade)
5. BEZERRA JR., B. Desafios da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Physis: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 243-250, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n2/v17n2a02.pdf>

6. BOCK, FURTADO & TEIXEIRA. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (disponível em: [https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock\\_psicologias-umaintroduc3a7c3a30-p.pdf](https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock_psicologias-umaintroduc3a7c3a30-p.pdf))
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_psicossocial\\_crianças\\_adolescentes\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf)
8. BRASIL. Ministério da saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/05/Resolu----o-CIT-n---32.pdf>
9. BRASIL. Ministério da saúde. Portaria Nº 3.588, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. DISPONÍVEL EM: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html)
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) ISBN 978-85-334-2019-9. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf)
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros\\_atencao\\_psicossocial\\_unidades\\_acolhimento.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf)
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>
13. BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)
14. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Projeto terapêutico e estratégias de promoção em situação de apoio matricial. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa, et al. Investigação sobre cogestão, apoio institucional e apoio matricial no SUS. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2017. 16.
15. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
16. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. O Suicídio e os Desafios para a Psicologia / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>
17. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Diversidade\\_Sexual\\_-\\_Final.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Diversidade_Sexual_-_Final.pdf)
18. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas/ Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em: [http://crepop.pol.org.br/5808\\_referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-politicas-publicas-sobre-alcool-e-outras-drogas-2013](http://crepop.pol.org.br/5808_referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-politicas-publicas-sobre-alcool-e-outras-drogas-2013)
19. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. Disponível em: [http://crepop.pol.org.br/5804\\_referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-programas-de-atencao-a-mulheres-em-situacao-de-violencia-2013](http://crepop.pol.org.br/5804_referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-programas-de-atencao-a-mulheres-em-situacao-de-violencia-2013)
20. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em: [http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2015/09/CREPOP\\_2013\\_CAPS.pdf](http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2015/09/CREPOP_2013_CAPS.pdf)
21. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: [http://crepop.pol.org.br/5938\\_relacoes- raciais-referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-2017](http://crepop.pol.org.br/5938_relacoes- raciais-referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-2017)
22. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. RESOLUÇÃO CFP Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-cfp-n-1-2018-estabelece-normas-de-atuacao-para-as-psicologas-e-os-psicologos-em-relacao-as-pessoas-transsexuais-e-travestis>
23. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. RESOLUÇÃO Nº 001/99 DE 22 DE MARÇO DE 1999. Disponível em: <http://www.cprps.org.br/upload/legislacao/legislacao39.pdf>
24. FOUCAULT, M. Doença mental e psicologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário, 11).

25. LANCETTI, A. et al. Saúdeloucura: Saúde mental e saúde da família. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2009 (Série Saúdeloucura n. 7).
26. MARAZINA, I. Trabalhador de Saúde Mental: encruzilhada da Loucura. In: LANCETTI, A. (Org.). Saúdeloucura 1. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 69-74.
27. NUNES, M.; JUCÁ, V.J.; VALENTIM, C.P.B. Ações de saúde mental no Programa Saúde da Família: confluências e dissonâncias das práticas com os princípios das reformas psiquiátrica e sanitária. Cad. Saude Publica, v.2, n.10, p.2375-84, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/12.pdf>
28. PALOMBINI, A. L. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. Psychê, Ano X, n.18, São Paulo, p.115-127, set. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v10n18/v10n18a12.pdf>
29. PAULON, SM & NEVES, R. Saúde Mental na Atenção Básica: a territorialização do cuidado. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
30. ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso)
31. ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (orgs). Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/CFP\\_Livro\\_Aborto-2.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/CFP_Livro_Aborto-2.pdf)
32. ZIMMERMAN, David. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
33. ZURBA, Magda do Canto. Psicologia e saúde coletiva. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. Disponível em: [http://psicologia.paginas.ufsc.br/files/2012/06/Miolo\\_Psicologia-e-Saude.pdf](http://psicologia.paginas.ufsc.br/files/2012/06/Miolo_Psicologia-e-Saude.pdf)

## PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL

1. AMARANTE, Paulo. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2007.
2. AMARO, Sarita. Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE, 2ª ed., 2007.
3. BRASIL, Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)
4. BRASIL, Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)
5. BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)
6. BRASIL, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)
7. BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª Ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_psicossocial\\_crianças\\_adolescentes\\_sus.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf)
9. BRASIL. Ministério da saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/05/Resolu----o-CIT-n---32.pdf>
10. BRASIL. Ministério da saúde. Portaria Nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html)
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) ISBN 978-85-334-2019-9. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf)
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios : orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros\\_atencao\\_psicossocial\\_unidades\\_acolhimento.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>

14. BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm)
15. BRAVO, Maria Inês Souza MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: MOTA, Ana Elizabete (Col.) Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
16. BRAVO, Política de Saúde no Brasil. In: MOTA (org.). Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho Profissional. São Paulo, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
17. CARVALHO, Fabiana Aparecida de. O Serviço Social e a interdisciplinaridade. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.
18. CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde - Versão Preliminar. Grupo de trabalho serviço social na saúde. CFESS. Brasília, março de 2009.
19. COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos Serviços de Saúde e a inserção dos(as) Assistentes Sociais. In. MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço Social e Saúde. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.
20. IAMAMOTO, Marilda. As dimensões ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete (Col.) Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
21. IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
22. KERN, Francisco Arseli. O Serviço Social e os processos interventivos no contexto da Aids. In: \_\_\_\_\_. As mediações em redes como estratégia metodológica do Serviço Social. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 63-94.
23. LOURENÇO, Edvania Ângela de Souza. Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n123 p.447-475, jul/set.2015.
24. MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês; UCHOA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
25. NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Col). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
26. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. In: MOTA, Ana Elizabete (Col.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
27. NOGUEIRA, Vera Maria. A concepção de direito à saúde na sociedade contemporânea: articulando o político e o social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; BELLINI, Maria Isabel Barros (Org.). Textos e contextos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (Coletâneas em Serviço Social, 2).
28. NUNES, Carine Ronise Martins; MACHADO, Graziela Scheffer; BELLINI, Maria Isabel Barros. A qualificação e a contribuição do processo de trabalho dos assistentes sociais no campo da saúde mental. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; BELLINI, Maria Isabel Barros (Org.). Textos e contextos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.225-239. (Coletâneas em Serviço Social, 2).
29. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde – 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.
30. VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.) Saúde Mental e Serviço Social – O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2 ed. – São Paulo; Cortez, 2002.

## PROFISSÃO: TERAPIA OCUPACIONAL

1. AMARANTE, Paulo. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2007.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_psicossocial\\_crianças\\_adolescentes\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf)
3. BRASIL. Ministério da saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/05/Resolu----o-CIT-n---32.pdf>
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Deficiência, Viver sem limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
5. BRASIL. Ministério da saúde. Portaria Nº 3.588, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. DISPONÍVEL EM: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_22\\_12\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde,



- Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 1. reimp. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 60 p. : il. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_pessoa\\_sindrome\\_down.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular cerebral / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_acidente\\_vascular\\_cerebral.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_acidente_vascular_cerebral.pdf)
  8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diálogo (bio)político sobre alguns desafios da construção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 150 p. : il. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dialogo\\_bio\\_politico\\_pessoa\\_deficiencia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dialogo_bio_politico_pessoa_deficiencia.pdf)
  9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos\\_sexuais\\_integralidade\\_pessoas\\_deficiencia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_integralidade_pessoas_deficiencia.pdf)
  10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) ISBN 978-85-334-2019-9. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf)
  11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios : orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros\\_atencao\\_psicossocial\\_unidades\\_acolhimento.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf)
  12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>
  13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Residências terapêuticas: o que são, para que servem / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>
  14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com traumatismo cranioencefálico / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 132 p. : il. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_pessoa\\_traumatismo\\_cranioencefalico.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_traumatismo_cranioencefalico.pdf)
  15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de estimulação precoce : crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 184 p. : il. Disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/novembro/18/Diretrizes%20de%20estimulao.pdf>
  16. BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10216.htm)
  17. Bruna de oliveira jacinto e outros- O apoio matricial em saúde realizado por terapeutas ocupacionais no sistema único de saúde cadernos brasileiros de terapia ocupacional. [WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br](http://WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br) vol25 nº1 janeiro/março 2017 p.191
  18. Bruna Lidia Taño, Thelma Simões Matsukura - Os centros de atenção psicossocial infante juvenis: características organizacionais e oferta de cuidados. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i3p208-216>
  19. Daiane Bernardoni Salles e Meire Luci da Silva - Percepção de profissionais da área de saúde mental sobre o acolhimento ao usuário de substâncias psicoativas em CAPS ad cadernos brasileiros de terapia ocupacional. [WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br](http://WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br) vol25 nº2 abril/junho 2017 p.341
  20. DE CARLO, Marysia Prado, BARTALOTTI, Celina Camargo. Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e Perspectivas, São Paulo: Plexus, 2ª ed, 2001. RIBEIRO, M. C.; MACHADO, A. L. A Terapia Ocupacional e as novas formas do cuidar em saúde mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 72-75, maio/ago. 2008

21. Diane Coelho Pereira, Andrea Ruzzi-Pereira, Paulo Estevão Pereira, Erika Renta Trevisan- Desempenho ocupacional de adolescentes de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSI) <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i1p11-7>
22. Eliane Dias de Castro e outros-Território e diversidade: trajetórias da terapia ocupacional em experiências de arte e cultura. cadernos brasileiros de terapia ocupacional. [WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br](http://WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br) vol24 nº1 janeiro/março 2016 p.03
23. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, Thelma Simões Matsukura, Michelle Selma Hahn- Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. O Mundo da Saúde, São Paulo: 2011; 35 (2):185-192.
24. Larissa Rebecca da Silva Cabral e Marília Meyer Bregalda Atuação da terapia ocupacional na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura. cadernos brasileiros de terapia ocupacional. [WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br](http://WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br) vol25 nº1 janeiro/março 2017 p.179
25. Leandro Correa Fiqueredo e outros. Abordagens bioéticas e deontológicas do novo código de ética profissional para terapeutas ocupacionais no Brasil. cadernos brasileiros de terapia ocupacional. [WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br](http://WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br) vol25 nº1 janeiro/março 2017 p.171
26. Luiz Felipe Ferro -Fortalecimento do controle social em saúde mental: estratégias e possibilidades. cadernos brasileiros de terapia ocupacional. [WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br](http://WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br) vol24 nº3 julho/setembro 2016 p.601
27. Maria Daniela Correa de Macedo e outros- Olhares em formação: refletindo a prática da terapia ocupacional em um contexto cultural a partir de experiências com povos indígenas. cadernos brasileiros de terapia ocupacional. [WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br](http://WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br) vol24 nº1 janeiro/março 2016 p.77
28. Maria Rita Lorenzon, Fernanda Cristina Marquetti - Oficina de Ação: uma estratégia de intervenção grupal em Terapia Ocupacional no Campo da Saúde Mental. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i3p342-348>
29. Miki takao Sato, Denise dias Barros - Cultura mobilidade e direitos humanos: reflexões sobre terapia ocupacional social no contexto da política municipal para população imigrante. cadernos brasileiros de terapia ocupacional. [WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br](http://WWW.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br) vol24 nº1 janeiro/março 2016 p.91
30. Monica de Araujo Nagy Fejes, Sabrina Helena Ferigato, Taís Quevedo Marcolino - Saúde e cotidiano de mulheres em uso abusivo de álcool e outras drogas: uma questão para a Terapia Ocupacional. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i3p254-262>
31. Sabrina Helena Ferigato, Maria Luisa Gazabin Simões Ballarin, Taís Quevedo Marcolino, Sandrina Kelen Indiani As residências terapêuticas e a clínica do cotidiano: contribuições da terapia ocupacional. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i1p80-87>